

APRESENTAÇÃO

Recursos Naturais e Conflitos

A questão energética assume relevância crescente em um mundo marcado pela distribuição desigual dos recursos naturais. Elemento central para as economias nacionais, o acesso a fontes energéticas seguras e confiáveis representa aspecto não menos importante da inserção internacional dos países. Ao longo de todo o século XX, o posicionamento geopolítico no concerto das nações foi determinado, em grande medida, pela relação de maior ou menor dependência externa do petróleo. Em algumas ocasiões, as divergências de posições sobre o acesso a esse recurso essencial provocaram tensões diplomáticas e, em última instância, conflitos.

Sendo o acesso à energia fator inescapável no relacionamento entre Estados soberanos, a maneira como cada país produz, abastece-se e consome energia tem implicações sobre a segurança, o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente, em nível global. A dimensão pouco desprezível desses desafios está na origem de iniciativas de cooperação internacional, cujo exemplo mais evidente é a Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP. Criada para defender os interesses dos países exportadores de petróleo, a OPEP constitui até hoje peça fundamental no xadrez geopolítico da energia. Sua atuação esteve ligada aos choques do petróleo da década de 1970, que provocaram a reação dos países consumidores.

Em resposta ao primeiro choque do petróleo, a Agência Internacional de Energia – AIE surgiu, inicialmente, para contornar os desequilíbrios provocados pelas restrições de oferta, por meio da liberação de reservas estratégicas de petróleo. Tendo como núcleo os países desenvolvidos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, a Agência galvanizou os principais consumidores de energia em torno do objetivo de evitar desequilíbrios extremos no mercado energético, cujas consequências para a economia mostraram-se extremamente negativas. Reforçava-se, assim, a preocupação com a segurança energética.

Na esteira dos choques, iniciativas foram lançadas para diversificar o acesso aos recursos energéticos, algumas delas pelas próprias agências internacionais, reduzindo-se a dependência das fontes tradicionais de energia e, ao mesmo tempo, de fontes externas. Acelerou-se, portanto, o desenvolvimento tecnológico das energias alternativas, como solar, eólica e geotérmica. Im-

pulso adicional seria dado a essas tecnologias em base à necessidade de conter a degradação ambiental provocada pelas fontes fósseis. O meio ambiente passou a demandar energia limpa e renovável. Ao mesmo tempo, interessava aos países reduzir drasticamente a dependência externa das fontes tradicionais, que alimentava o desejo de se encontrar o El Dorado da “independência energética”.

Recentemente, com a fundação da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), a comunidade internacional deu novo ímpeto ao permanente exercício em favor da cooperação e da coordenação de posições para promover a gestão ótima dos recursos disponíveis, minimizando, assim, os conflitos.

O Brasil não esteve alheio à evolução do cenário energético mundial das últimas décadas. Beneficiado pela abundância de recursos naturais, que permitiu ao país montar seu sistema elétrico com base no aproveitamento do potencial hidráulico, o Brasil também soube aproveitar as dificuldades resultantes das turbulências no mercado do petróleo para reestruturar seu mercado para o produto.

Com os investimentos na exploração de petróleo offshore e o Proálcool, o país pôde reduzir em prazo relativamente curto sua dependência externa de petróleo, com benefícios econômicos, sociais e ambientais significativos. A autossuficiência na produção de petróleo adquirida na primeira década do século XXI, a descoberta do Pré-Sal, a consolidação do etanol como exemplo único de substituição de combustíveis fósseis em larga no mundo e a liderança brasileira em energias renováveis são credenciais que reforçam o papel do Brasil nessa área no contexto internacional.

Em que pese os avanços significativos alcançados pelo país, a garantia do acesso pleno da população à energia, a demanda por investimentos em fontes renováveis e não renováveis, as preocupações ambientais e os intercâmbios internacionais de energia impõem desafios consideráveis ao país nos próximos anos. No plano externo, os padrões insustentáveis de consumo dos países desenvolvidos têm posto em cheque não apenas o modelo de aproveitamento dos recursos naturais, mas também a capacidade de provê-los em níveis que garantam a manutenção das condições de vida do planeta. Faz-se urgente considerar modelos de gestão alternativos de recursos que permitam sua utilização tanto sustentável, quanto equitativa, sob o risco de vivenciarmos o acirramento dos conflitos.

Sob a ótica da equidade, não se pode tampouco adiar o imperativo da democratização do acesso à energia, de modo a reforçar as condições para o necessário e justo crescimento das economias dos países emergentes e dos demais países em desenvolvimento, bem como para a promoção da justiça social. De acordo com as Nações Unidas, 1,3 bilhão de pessoas no mundo ainda não têm acesso à eletricidade nas suas casas ou para gerir os seus negócios. Contribuir para prover serviços modernos de energia a essa parcela da população será um grande desafio, mas também uma oportunidade para

alterar o paradigma de utilização dos recursos naturais. O Brasil e outros países estão comprometidos com esse e os dois objetivos adicionais – dobrar o nível de eficiência energética e a utilização de fontes renováveis de energia até 2030 – da iniciativa das Nações Unidas de Energia Sustentável para Todos (SE4ALL, na sigla inglesa).

A magnitude do desafio requer o envolvimento de todos os segmentos da sociedade. Nesse contexto, é muito bem-vinda esta edição da revista Política Hoje, que reúne conjunto artigos científicos nos quais se analisam, em profundidade, temas da mais alta relevância para o uso sustentável dos recursos naturais brasileiros. Ao se debruçarem sobre questões como o dilema da exploração dos recursos naturais na Amazônia e em terras indígenas, o papel de Itaipu para a segurança energética nacional, a função estratégica do petróleo e do gás natural, a expansão da demanda por terras raras e a centralidade das energias renováveis para o desenvolvimento sustentável, os alunos, pesquisadores e professores da Universidade Federal de Pernambuco dão importante contribuição para o debate mais amplo sobre o futuro do Brasil.

Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Emerson Coraiola Yinde Kloss

Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis (DRN) do
Ministério das Relações Exteriores